

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO*

Selma Garrido PIMENTA**

RESUMO: O presente artigo trata da evolução da orientação educacional nas escolas públicas do Estado de São Paulo, a partir da década de 40, com o objetivo de contribuir para a compreensão do porque essa profissão praticamente inexistente hoje, sobretudo, nas escolas públicas estaduais. Para isso, toma como eixo norteador a rede de ensino industrial e as experiências educacionais desenvolvidas a partir da década de 60.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação Educacional. Ensino Técnico-Industrial. Orientação e Currículo. Experiências em Educação e a Orientação. Teorias de Orientação. Orientação e Legislação do Ensino.

O tema dos especialistas da educação e sua atuação na escola - sobretudo os supervisores do ensino e os orientadores educacionais - tem ocupado amplos espaços nos congressos e encontros de educadores, revelando o quanto de incertezas perpassa esta temática. Em todas as discussões é possível identificar que a questão maior que está em cena é a de democratização do ensino, entendida como a expansão da escolaridade para as camadas majoritárias da população, enquanto possibilidade de socialização do saber historicamente acumulado. Os especialistas estão preocupados em identificar formas de atuação que propiciem a consecução desse objetivo.

* Este artigo constitui parte integrante da pesquisa para a tese de doutoramento **Uma proposta de Orientação Educacional para a Escola Pública**, defendida pela autora em 1985 - PUCSP.

** Professora Assistente Doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

De todos os Debates nos quais temos participado, bem como nos artigos que temos escrito (1) a posição que assumimos é a de que a escola pública necessita de um profissional denominado **pedagogo**, pois entendemos que o fazer pedagógico, que ultrapassa a sala de aula e a determina, configura-se como necessário na busca de novas formas de organizar a escola para que esta efetivamente seja democrática. A tentativa que temos feito é a de procurar avançar da defesa corporativista dos profissionais para a necessidade política do profissional. Ou seja, admitimos que o pedagogo - o fazer pedagógico - cumpre uma função política necessária na perspectiva da democratização da escolaridade.

Esta posição, que é polêmica, está respaldada em recentes pesquisas sobre a educação escolar pública brasileira e na pesquisa de nossa autoria sobre a Orientação Educacional em alguns estados brasileiros, (2) constituindo-se em uma proposta de atuação fundada na concepção da pedagogia crítico-social dos conteúdos.

Nos debates sobre este tema uma questão tem sido frequentemente colocada em cena: a produção teórica da orientação educacional tem se dado, sobretudo, no estado de São Paulo, onde, contraditoriamente, praticamente não há nem orientadores e nem supervisores **nas escolas** da rede pública estadual. Por quê? Como se explica a ausência destes profissionais num dos estados onde a rede escolar é extremamente complexa? Onde o número de professores atinge 200 mil, onde só na 1ª série há cerca de 18 mil classes, onde o número de escolas de 1º e 2º graus atinge 5 mil? Por quê a orientação educacional se expandiu nas redes públicas dos demais estados e não aqui?

(1) PIMENTA, Selma G. - "O orientador educacional como trabalhador intelectual" In **Cadernos Cedes**, nº6, SP, Ed. Cortez, Junho/1982, pp.80 a 84.

----- - "Orientador Educacional ou Pedagogo - da Importância do fazer pedagógico para a democratização do ensino", in **ANDE - Rev. da Ass. Nacional de educação**, nº8, SP, 1985, pp.29 a 37.

----- - "A organização do trabalho na Escola" - IVª Conf. Bras. Ed. Goiânia/set. 1988.

(2) Idem. **Uma Proposta de Atuação do Orientador Educacional na Escola Pública** - Tese de Doutorado - PUCSP - 1985.

Este artigo pretende ser uma contribuição para essas questões exatamente no momento em que o tema dos especialistas é discutido em todo o país. Compreender a evolução de um deles, o orientador educacional, na rede pública estadual de São Paulo, permitirá, de um lado, compreender a expansão desses profissionais nos demais estados e, de outro, contribuir para o avanço de propostas que estão surgindo no país todo sobre a ação dos especialistas no processo de democratização do ensino.

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Considerações Iniciais

Das 4405 escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus, somente 40 contavam com um orientador educacional em efetivo exercício. (3) No quadro da Secretaria da Educação, até 1985, funcionou a Equipe Técnica de Supervisão de Orientação Educacional - E.T.S.O.E. - com sete pessoas, das quais apenas uma era formada em orientação educacional. A função básica desta equipe, conforme o Decreto 7510/76, era elaborar normas e programas e orientar a execução e avaliação dos projetos de orientação educacional desenvolvidos no ensino de 1º e 2º graus regular, no ensino supletivo e pré-escolar e na educação especial. Havia, ainda, dezoito técnicos de orientação educacional, não especialistas na área, lotados nas Delegacias Regionais de Ensino. A função destes era transmitir às escolas as diretrizes da E.T.S.O.E. e acompanhar o desenvolvimento dos projetos.

Esses dados revelam que a orientação educacional, nas escolas públicas estaduais de São Paulo, é praticamente inexistente, pois proporcionalmente temos um orientador para cada 110 escolas. Se considerarmos que a média de alunos por escola é de 2 mil, temos um orientador para cada 220 mil alunos.

Tal quadro possibilita a formulação de duas hipóteses: a primeira refere-se à política que predominou na implantação da orientação educacional nas escolas públicas paulistas e a segunda, ao projeto educacional que a caracterizou em São Paulo, desde o seu início na década de 50.

(3) Dados fornecidos pela Equipe Técnica de Supervisão da Orientação Educacional da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - em setembro de 1984.

Para demonstrá-las examinaremos a evolução da orientação educacional na rede pública estadual e as características teóricas subjacentes a ela, destacando as duas propostas que caracterizam as escolas estaduais paulistas nas décadas de 50/60: a da rede do Ensino Industrial e a da rede do Ensino Médio - contidas nesta as experiências do Colégio de Aplicação, dos Ginásios Vocacionais e dos Ginásios Experimentais Pluricurriculares.

2. A evolução da Orientação Educacional na Rede Pública Estadual e suas características

A referência a cargos de orientador educacional nas escolas estaduais se dá pela primeira vez nas Escolas Técnicas Industriais, através do Decreto nº 17689 de 26/11/1947, onde no artigo 936 parágrafo único, afirma que somente poderão ser preenchidos por candidatos do sexo masculino, exceto nos casos dos estabelecimentos de freqüência exclusivamente feminina.

A criação desses cargos obedece às Leis Orgânicas do Ensino, promulgadas no período de 1942 a 1946, e que pela primeira vez fazem referência explícita à Orientação Educacional na Legislação brasileira. (4)

Contudo, no tempo em que a Lei Orgânica foi promulgada, não havia no país cursos especiais de orientação educacional. Logo começaram a ser nomeados orientadores com "formação" improvisada. Apenas o ensino industrial se preocupou com a realização de concursos - tendo sido realizado o primeiro desses em 1951 e o segundo em 1953, nomeou-se 21 orientadores. O serviço de orientação, então criado no ensino industrial, contou com a importante assistência técnica do prof. Oswaldo de Barros Santos, pioneiro da orientação profissional.

Conforme Werebe, "nas escolas secundárias, a função de orientador passou a ser desempenhada pelos chamados "técnicos de educação", que nunca foram recrutados por critérios válidos e, em sua maioria, não tinham formação universitária; por isso mesmo, funções variadas lhes foram atribuídas, dentre as quais, a de orientador educacional" (5)

(4) cf. Selma G. PIMENTA, **Orientação Vocacional e Decisão**, cap. III.

(5) Maria José G. WEREBE, "Análise dos Resultados do Concurso de Ingresso para Orientadores Educacionais do Ensino Médio Do Estado de São Paulo, in **Educação Hoje**, Nº 9, p.02.

Em 1956, a Secretaria da Educação realizou um concurso interno para esses técnicos de educação, que eram interinos, como forma de efetivá-los. O que, de fato, ocorreu por força de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa. Por esta época e até 1958, São Paulo contava com cinco Faculdades que ministravam o curso superior de orientação educacional, tendo sido o primeiro criado na PUC de Campinas, em 1945.

Em março de 1958, o MEC baixou a portaria nº 105 regulamentando provisoriamente o exercício da função e o registro de orientadores educacionais; procedendo a uma acomodação, na medida em que possibilitava o exercício e a obtenção do registro, desde aqueles licenciados por Faculdades de Filosofia, com especialização de um ano em orientação e com respectivo estágio, até aqueles que tinham realizado prova de habilitação em concurso de provas e títulos para o exercício da função de orientador, em estabelecimento oficial (estes, até então, poderiam ou não serem portadores de diploma de curso superior).

Esta portaria permaneceu provisória até 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1961) regulamentou a formação do orientador educacional.

Em 1962, foi aprovada a Lei 6805, no Estado de São Paulo, criando 172 cargos. As exigências para o provimento destes e dos já existentes foi regulamentada mediante um processo de seleção e habilitação, obedecendo os dispositivos de L.D.B.E.N. - ou seja: formação universitária, curso de especialização em orientação educacional, com duração mínima de um ano, realizado em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No entanto, em Março de 64, foram nomeados pelo governador, por sugestão do então Secretário da Educação, 149 orientadores educacionais, em franca desobediência à Lei 6805/62. Conforme Werebe:

"Os "orientadores" premiados pela Secretaria da Educação, foram empossados (apesar de inúmeros diretores terem tentado impedir a posse dos orientadores nomeados para suas escolas) e entraram em função (?) nos seus cargos". (6)

Somente em Novembro de 66, o então Secretário da Educação Carlos Pasquale, desejando corrigir os desmandos de administrações anteriores, regulamenta o concurso de ingresso de orientador educacional, conforme a L.D.B.E.N. e a Lei 6805/62.

(6) Marla José G. WEREBE. *Idem*, p.06.

Esse concurso, que foi realizado em 1968 (o último até hoje no Estado de São Paulo), nomeou 81 orientadores para o ensino médio, dos quais 64 assumiram seus cargos.

Após este, a Lei Complementar 114 de 13.11.1974, enquadrou no cargo de orientador educacional, sem concurso, 52 professores que não tinham formação de orientador educacional.

Efetuada o ingresso dos aprovados no concurso de 68, foi criada, em agosto de 70, a Equipe Técnica de Supervisão de Orientação Educacional (ETSOE), órgão da Secretaria da Educação, cuja função era planejar e acompanhar a execução da orientação educacional na rede Oficial do Ensino Secundário e Normal.

Uma das primeiras providências dessa equipe foi proceder ao mapeamento da orientação educacional no Estado, que assim se configurou em 1971:

Total de O.E. no Estado	O.Es. Concursados	O.E. não Concursados	Técnicos de Educação
137	64	38	35

Total de O.E. na Grand S.P.	O.Es. Concursados	O.E. não Concursados	Técnicos de Educação
72	48	11	13

Por estes quadros observa-se que:

- a) do total de orientadores educacionais existentes no Estado (172), a maioria (38 + 35 = 73) não possuía necessariamente o curso de especialização de orientador educacional, uma vez que foram admitidos sem obediência às leis que estabeleciam os critérios para o exercício da função e o registro de orientador educacional;
- b) do total de orientadores educacionais (172), mais de 50% (72) se concentravam na DRE da Grande São Paulo; os demais (65) se distribuíam pelas 09 DREs restantes.

Quanto à proporção de orientadores educacionais por escolas o quadro era o seguinte:

TOTAL DE ESCOLAS NO ESTADO	TOTAL DE ESCOLAS COM O.E.	%
1 4 4 8	1 3 0	9 %
TOTAL DE ESCOLAS NA GRANDE SÃO PAULO	TOTAL DE ESCOLAS COM O.E.	%
5 4	1 8 8	12,5 %
TOTAL DE ESCOLAS DA DRE COM MENOR Nº de O.E.	TOTAL DE ESCOLAS COM O.E.	%
8 3	0 1	1 %

Por este quadro, observa-se a insuficiência de orientadores para o nº de escolas, bem como a concentração destes na região da Grande São Paulo.

Esta insuficiência fica mais fortemente evidenciada quando se constata que apenas 209.381 alunos eram atendidos pelo pessoal de Orientação Educacional, sendo que a rede de estabelecimentos do ensino secundário e normal possuía um total de 1.095.972 alunos. Verifica-se que cerca de 81,0% dessa população não contava com a assistência do orientador educacional.

Por outro lado, a proporção orientador x aluno, idealmente estabelecida em 1 x 300, variava entre 01 para 2092 alunos e 01 para 866 alunos.

De 1971 para cá, o número de orientadores educacionais na rede estadual foi diminuindo (com exceção de 1974, quando da incorporação de 52 professores pela lei complementar, que passaram a ter o cargo de orientadores educacionais), chegando à situação presente enunciada no início desta exposição: 40 orientadores educacionais, em exercício, para um total de 4405

escolas e aproximadamente oito milhões de alunos. (7) A proporção orientador aluno era, pois, um para 220 mil.

3. Porque o número de orientadores educacionais é mínimo nas escolas públicas estaduais?

A orientação educacional, no estado de São Paulo, identifica-se com a história desta no Brasil. Com efeito, é neste estado que se dá cumprimento às exigências legais das Leis Orgânicas da década de 40. (8). Nos demais estados, a implantação da orientação educacional nas redes públicas só ocorrerá após a Lei 5692/71.

Na época das Leis Orgânicas não só não havia pessoal qualificado para o exercício dessa função, tanto que o MEC desenvolveu treinamentos de emergência através da então Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário - C.A.D.E.S., como o estatuto teórico da orientação educacional entre nós era extremamente precário. O que havia eram as formulações da orientação profissional, advindas das teorias psicometristas norte-americanas e francesas, expandidas na década de 50 com a criação dos cursos superiores.

O quadro evolutivo da orientação educacional, na rede pública estadual, possibilita a percepção de casuísmos, tanto na criação dos cargos como nos procedimentos para seu preenchimento. "A orientação educacional teve, entre nós, um péssimo começo, com profissionais mal preparados ou sem nenhum preparo. Desmoralizou-se a área antes que pudesse firmar-se em melhores bases (...). Só o ensino industrial encarou o problema com maior seriedade, realizando concursos para o provimento dos cargos". (9)

(7) Dados obtidos em 1984. Uma vez que os cargos vagos não têm sido preenchidos e que os orientadores têm deixado os cargos que ocupavam (por aposentadoria, etc.) é de se supor a inexistência de orientadores na rede.

(8) Cabe, no entanto, ressaltar que enquanto serviço público, a orientação educacional foi instituída em 1931, por Lourenço Filho, então diretor do Departamento de Educação de São Paulo, com o nome de Serviço de Orientação Educacional e Profissional, extinto no ano seguinte.

(9) Maria José G. WEREBE. *Ibid.* p.02.

À exceção de dois concursos para o ensino técnico (1951 e 1952) e do concurso de 1968 para o ensino médio, o preenchimento dos cargos, sugere não a necessidade das escolas em relação à orientação, mas o atendimento de interesses pessoais.

Esses fatores - profissionais sem formação adequada para o cargo, imprecisão quanto à função do orientador, sem contemplar a realidade das escolas - parecem constituir uma primeira explicação da quase ausência de orientação hoje na escola pública paulista. Nesse quadro, a orientação não era necessária para as escolas e os orientadores não tinham clareza do que fazer: a orientação soava como oportunismo político.

Essa orientação passou a ser cada vez menos conveniente, a partir da década de 60, com a necessária ampliação quantitativa das oportunidades escolares. Ampliação essa que, "inegavelmente produziu uma situação escolar que pode ser caracterizada, de modo geral, como uma situação de crise: o crescimento, a complexidade, a burocratização, a escassez de recursos, a transformação da clientela, acabaram dando forma a essa crise". (10) A orientação, que se conhecia, não tinha resposta nenhuma a essa crise. E onde tudo era escasso - desde prédios a professores -, o orientador educacional era dispensável.

Estes dois aspectos - uma orientação educacional improvisada, colocada arbitrariamente nas escolas, com um desempenho profissional indefinido e mal visto pela própria escola, e a ampliação quantitativa das escolas nas situações precárias conhecidas; parecem ser explicativos (embora não esgotem) da inexistência do serviço de orientação na rede pública paulista hoje.

Como se pode perceber, São Paulo, contrariamente a todos os demais Estados brasileiros, não cumpriu o artigo 10 da Lei 5692/71, que fala da obrigatoriedade da orientação nas escolas. Mas é bom lembrar que não apenas este artigo não foi obedecido em São Paulo. A implantação da 5692/71, em São Paulo, teve inúmeros percalços e pode-se dizer que a realidade paulista se mostrou rebelde à implantação dessa Lei - isto, no entanto, merece um estudo à parte, o que não é objeto deste artigo.

(10) Celso de Rui BEISIEGEL. "Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum". In *Revista de Aude* nº 1, p.50.

4. A Orientação Educacional no Estado de São Paulo - Experiências pioneiras.

Ao lado da implantação da orientação na rede pública estadual, marcada pelos casuísmos, é importante examinar experiências pioneiras que, se pouca influência tiveram na rede pública estadual, foram muito significativas para o desenvolvimento teórico da orientação no Brasil, na medida em que se constituíram em aplicação da produção acadêmica na área da orientação e, ao mesmo tempo, consolidaram esta mesma produção acadêmica.

O exame dessas experiências possibilitará, ainda, a compreensão dos pressupostos da orientação educacional que nortearam a prática destes especialistas. Estes pressupostos, como se verá, são em grande parte idealistas, baseados nos princípios do escolanovismo, em sua maioria, e no tecnicismo pedagógico.

É importante relevar as seguintes experiências: 1) A Orientação Educacional no Ensino Industrial 2) A Orientação Educacional no Colégio de Aplicação 3) A Orientação Educacional nos Ginásios Vocacionais 4) A Orientação Educacional nos Ginásios Pluricurriculares Experimentais (GEPE). 5) A proposta de Orientador Educacional da E.T.S.O.E. (Secretaria da Educação).

4.1. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO ENSINO INDUSTRIAL.

As bases da Orientação Educacional no ensino industrial foram estabelecidas em 1947, pelo Departamento do Ensino Profissional, para a sua então criada rede de 21 escolas, em consonância com as Leis Orgânicas do Ensino.

Esse Departamento do Ensino Profissional contava com um Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional, chefiado pelo Prof. Oswaldo de Barros Santos. Constitua-se num serviço pioneiro, publicando em 1953 um primeiro manual de implantação. Após 10 anos de aplicação, em 1963, formulou-se um novo "Manual de Trabalho dos Orientadores de Educação do Ensino Industrial" - por Oswaldo de Barros Santos e Maria Rita de Carvalho.

A importância desse manual reside em dois aspectos: primeiro porque foi elaborado a partir de uma experiência sistemática ao longo de 10 anos; segundo porque constituiu-se numa das primeiras sistematizações teóricas sobre a prática do Orienta-

dor Educacional; por isso passou a ser adotado durante muito tempo nos cursos superiores de formação de Orientadores Educacionais. (11)

Por isso, a seguir far-se-á uma minuciosa análise dos seus componentes.

O conceito de orientação do qual os autores partem é o seguinte: "A orientação educacional é encarada como orientação geral, isto é, como um conjunto de princípios e técnicas que considera a pessoa a orientar em sua personalidade integral; que significa a coordenação de informes sobre o indivíduo e auxílio a este em diferentes áreas, de forma a torná-lo, pelo conhecimento de si mesmo, capaz de efetuar bons ajustamentos. (12)

O orientador educacional inicia suas atividades antes mesmo de o aluno ingressar no ensino industrial. Embora seja função própria do diretor difundir os cursos de sua escola para obter apreciável contingente de matrícula, o orientador pode e deve ajudá-lo nessa tarefa, promovendo visitas ou realizando palestras sobre as oportunidades oferecidas por esse ensino. Para isso, prossegue o manual, é preciso ter claro que "os cursos industriais, na sua acepção mais ampla, destinam-se a formar trabalhadores para a indústria, enquadrando-os nesta como operários qualificados, mestres, técnicos ou engenheiros, de acordo com os cursos e as aptidões de cada um".

Na fase de admissão, caberá ao orientador coordenar os trabalhos relativos às provas e utilizar os testes psicológicos de aptidão específica, tarefa esta que deverá ser supervisionada pelo serviço de Psicotecnia do Departamento de Ensino Profissional.

(11)Oswaldo de Barros SANTOS, à época da elaboração deste Manual, publicou o livro intitulado **Psicologia aplicada à Orientação e Seleção Profissional**. SP, Pioneira, 1963, onde desenvolve e amplia as indicações contidas no Manual. Este livro, elaborado pelo autor sobre sua experiência e suas pesquisas no Ensino Industrial, passou a ser amplamente utilizado nos cursos de formação de orientadores no Brasil.

(12)cf. Oswaldo de Barros SANTOS e Maria Rita de CARVALHO. **Manual de Trabalho dos Orientadores de Educação do Ensino Industrial**. p.07 e ss.

A dinâmica geral da orientação educacional obedecerá a quatro etapas, a saber:

- a - Análise das oportunidades de estudo, de trabalho e de vida social da comunidade - para que o aluno as conheça e para que sejam utilizadas na fase de aconselhamento e colocação.
- b - Conhecimento do indivíduo a orientar - Objetivando o estudo de caso e o aconselhamento, deverá o orientador obter informações, ainda que mínimas, mas precisas, sobre os aspectos médicos (saúde), escolares (informes quantitativos e qualitativos sobre cursos anteriores, razão de escolha, ajustamento, etc.), sociais, vocacionais e profissionais (baseados nas atividades e preferências que o aluno venha demonstrando por tipos de trabalhos feitos no rodízio nas oficinas) e psicológicos (que serão trabalhados juntamente com um psicólogo, que os obtém e os interpreta, para uso do orientador).
- c - Aconselhamento - auxílio e orientação nas decisões a tomar, estabelecendo um plano de estudos, de trabalho ou de atividade que possa afetar o futuro do aluno. A orientação é um processo longo e contínuo que, partindo das oportunidades do meio, dos dados sobre cada caso, termina quando o indivíduo, com sua situação satisfatória e permanentemente resolvida, não mais precisa do orientador.
- d - Colocação, acompanhamento e verificação dos efeitos da orientação.

Ainda, conforme os autores, a propósito da dinâmica geral da orientação na escola industrial, ressalta alguns problemas que merecem destaque na atuação do orientador. São eles:

- a) Escolha de cursos e profissões: - a escolha de cursos merece do orientador uma atividade de coleta de informações sobre o aluno nos seguintes aspectos: - condições de saúde e desenvolvimento físico, nível potencial expresso pelos testes de inteligência, rendimento e ajustamento revelados pelo aluno durante a fase de exploração vocacional, nível de aptidões revelado por testes e desempenho nos trabalhos, condições econômicas e sociais adequadas ou não ao tipo de trabalho pretendido, condições psicológicas favoráveis ou não ao ajustamento do indivíduo ao trabalho pretendido. De posse desses dados, o orientador procederá ao aconselhamento profissional, tendo em mãos informações precisas sobre as profissões, especialmente a análise ocupacional, o que

possibilitará um ajustamento entre o aluno e suas características e as profissões e suas exigências. O uso dos testes psicológicos é sempre apontado como material essencial.

- b) Adaptação do aluno originário de outro estabelecimento de grau médio.
- c) Orientação de Estudos - esta tarefa consistirá em fazer com que o aluno tenha o maior aproveitamento possível nas atividades escolares, respeitadas sempre, as tendências do aluno.
- d) Orientação moral - cujo objetivo é despertar e formar a consciência do dever, do amor próprio, do respeito mútuo, da solidariedade humana e do civismo, visando à formação de atitudes adequadas à vida social e profissional.
- e) Orientação da saúde - trata-se aqui de detectar doenças que sejam causadoras de desajustamentos quaisquer e encaminhar para tratamento devido.
- f) Orientação social - o objetivo é procurar ajustar o indivíduo aos padrões da cultura, expressos pelos grupos sociais a que pertence: igreja, família, escola, comunidade.
- g) Orientação de grupo - objetivando à resolução de problemas pessoais em diferentes setores, a orientação de grupo funciona como facilitadora do aconselhamento individual.

Para todas as atividades arroladas, os autores apontam um programa detalhado de temas e técnicas a serem utilizadas.

A Orientação Educacional no ensino industrial, conforme descrita no manual aqui examinado, é o exemplo típico da incorporação do modelo norte-americano de orientação que, na década de 60, evoluía da concepção e da prática da orientação profissional, para a consideração de aspectos outros do desenvolvimento geral do aluno, o que se chamaria de orientação educacional. (13)

No entanto, a consideração destes aspectos ocorre em função do objetivo maior do ensino industrial, que é o ajustamento nos estudos, visando ao ajustamento profissional.

(13)cf. Rita Amélia TEIXEIRA, "Para uma análise crítica da Orientação Educacional no Brasil".

Por isso a característica básica da orientação desenvolvida no ensino industrial será a individual. O indivíduo e o seu ajustamento (escolar, social, familiar, psicológico, da saúde, das aptidões e da inteligência) ao ambiente, constituem o objeto básico de trabalho do orientador. Nesse sentido a orientação é fundamentalmente preventiva ao evitar o aparecimento de problemas que dificultem o ajustamento do indivíduo ao que dele se espera.

A consideração e os aspectos outros do indivíduo se dão nessa perspectiva de ajustamento (e não na de desenvolvimento das características individuais). Quando surgissem distorções era preciso corrigi-las (aí o orientador desempenha a função de diagnosticar os "casos-doentes" e encaminhá-los a outros profissionais). Estes casos têm sempre por parâmetro o sistema (de ensino, da família, dos grupos sociais); o desajuste estará no indivíduo. Em nenhum momento se coloca em dúvida o(s) sistema(s).

A orientação educacional assim descrita desempenha, no ensino industrial, uma função importante de ajustamento da mão de obra às necessidades da crescente industrialização. Para a indústria se dirigem as camadas menos favorecidas da população. Por isso, o ensino industrial desenvolveu-se sobre o binômio: indivíduo e profissão. Embora se diga que o ensino industrial se destina a formar trabalhadores para a indústria - desde operários qualificados até engenheiros - na prática a formação do engenheiro (formado em nível superior) não se deu via ensino industrial mas, sim, via ensino secundário acadêmico que, entre nós, foi o preparador, por excelência, para seletividade nos exames vestibulares. Isso evidencia que a clientela do ensino industrial era a de menor renda, uma vez que o ensino secundário acadêmico (por razões amplamente já apontadas por críticos da educação brasileira) sempre se constituiu em reduto das classes economicamente mais favorecidas.

A orientação educacional, enfatizando o ajustamento individual, justifica a presença daqueles aptos ao ensino industrial. Da forma como se estruturou no ensino industrial, acabou por validar um processo de elitização no interior do próprio ensino industrial: nele ficavam os mais capazes, uma vez que não se discutia a validade dos conteúdos ensinados, do processo de ensino, da sua estrutura e do seu funcionamento e a finalidade mesma do ensino industrial.

O exame das capacidades individuais e profissionais do indivíduo era feito através da aplicação de testes psicológicos

(teoria psicometrista) e o ajustamento profissional se dava combinando estas com as habilidades e aptidões que as ocupações exigem do indivíduo (análise ocupacional). O modelo de orientação do ensino industrial desenvolveu-se nas escolas desse ramo de ensino de forma consistente, porque houve um processo constante de acompanhamento dos profissionais, por parte do Departamento do Ensino Industrial, o qual havia garantido, inclusive, a colocação de profissionais através de concursos.

Esse modelo de orientação educacional está em busca da formação do homem eficiente para a indústria. Às inovações metodológicas e técnicas aí desenvolvidas, tal modelo assentou-se numa concepção liberal de educação dirigida à manutenção do status quo, podendo ser classificada como a corrente liberal-conservadora.

O ensino técnico industrial em São Paulo, contraditoriamente, perdeu importância quando da implantação da Lei 5692/71 que introduziu a profissionalização compulsória em todas as escolas. Isto porque o modelo de profissionalização, que se pretendeu generalizar, era baseado naquele já existente no ensino industrial paulista (além daquele que se desenvolveu nas escolas técnicas federais). À época da Lei 5692/71, o modelo de desenvolvimento econômico, baseado no capital estrangeiro, o qual dispensa o técnico de grau médio em seus quadros, já se encontrava suficientemente desenvolvido em São Paulo. Assim, a formação de quadros pela escola regular já era nitidamente dispensável.

Por sua vez, a orientação educacional que obedeceu a uma implantação caótica nas escolas públicas (como vimos), foi sendo deixada ao acaso nas escolas industriais.

No entanto, o modelo de orientação, criado por Santos e Carvalho e desenvolvido nas escolas industriais, exerceu grande influência na formação de grande quantidade destes profissionais em São Paulo e no Brasil.

Matizes diferentes da orientação educacional serão perceptíveis somente nas demais experiências, ocorridas no ensino secundário, sob forma de experimentação. Neste estudo destacaremos a do Colégio de Aplicação, dos Ginásios Vocacionais e a dos Ginásios Pluricurriculares Experimentais

4.2. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NAS EXPERIÊNCIAS ESCOLARES PAULISTAS

Introdução: A criação de classes experimentais

Para situar a orientação educacional nas experiências escolares paulistas, far-se-á uma breve referência aos motivos da criação dessas experiências bem como suas características básicas. (14)

Com efeito, a criação de classes experimentais no Brasil se dá, legalmente, com a aprovação dos Pareceres 31/58 e 77/58 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Tais classes teriam por objetivo ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos e processos escolares, bem como novos tipos de currículos. Seriam organizadas em número reduzido de estabelecimentos, visando a uma posterior expansão.

Os currículos teriam em vista não a especialização de estudos, "mas a preparação geral com um sólido conteúdo de formação humana e maiores oportunidades de atendimento das aptidões individuais. Buscaria a articulação do ensino das várias disciplinas e a maior coordenação das atividades escolares, acentuando a função educativa da escola, a maior permanência do aluno nesta, bem como sua participação ativa nas atividades dirigidas e planejadas". (15) As variações de currículo das classes experimentais seriam mantidas dentro dos limites compatíveis com a atual legislação, oferecendo oportunidades para o ensaio de modalidades do ensino acadêmico ao pretender dar ao curso secundário um sentido mais concreto de formação para as tarefas e responsabilidades da vida social e profissional.

A argumentação substantiva para a criação das classes experimentais pode ser encontrada nas palavras de Anísio Teixeira. "A realidade, repito, é que urge uma transformação muito importante dos próprios objetivos da educação. A educação para poucos podia resumir-se na formação de uma classe ilustrada, capaz de discurrir elegantemente sobre coisas e pessoas, interessante no convívio e habilitada de fato a consumir a vida ou a realizar tarefas de governo e liderança. A educação para muitos e, no final de contas, para todos, não pode ser

(14)Um estudo mais extenso sobre a criação e o desenvolvimento das classes experimentais no Brasil pode ser encontrado em José Marlo P. AZANHA. **Experimentação Educacional, uma contribuição para sua análise.**

(15)cf. Gildásio AMADO, "Classes Experimentais no Ensino Secundário", in: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 72, 1958, p.72 e ss.

essa. É educação para produzir, em uma sociedade transformada, em que o trabalho já não pode ser entregue ao ignorante e de onde desapareceu o labor individual do artesanato. Para essa nova sociedade faz-se indispensável uma nova educação (...). Uma educação que ensine não apenas a ler e escrever, mas, já agora, que prepare toda a população para formas de trabalho, em que o uso das artes escolares é indispensável e para forma de governo que exige participação consciente, senso crítico, aptidão para julgar e escolher. Enfim, que prepare o cidadão comum de nossa democracia". (16)

A nova sociedade, de que nos fala o autor, é a urbano-industrial, com sua exigência cada vez maior de escolarização. A velha escola (diletante) das minorias não serve. A crise da escola primária brasileira concretiza todo o problema educacional. É a transição entre a educação de poucos e para poucos e a educação de muitos para muitos. Por isso é preciso mudar a escola: chega-se a uma escola que concilie o desenvolvimento intelectual (característica da escola secundária), despojando-a do diletantismo, com o desenvolvimento de habilidades práticas e de conhecimentos úteis para a vida (sem se restringir, no entanto, ao ensino profissionalizante existente que, como se sabe, era destinado às camadas subalternas da população). A nova escola, que formará o cidadão para a democracia e para a sobrevivência, terá características curriculares, metodológicas e processos de ensino, novos e diversificados.

As classes experimentais paulistas fundam-se nessas perspectivas. Para a efetivação das novas propostas nas escolas experimentais, em muito contribuirão as pesquisas e experiências que já vinham sendo realizadas junto às principais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, como no caso da USP e, principalmente, junto aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, vinculados ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Destes centros é que sairão os primeiros estudos sobre currículo, na perspectiva de operacionalização de objetivos educacionais (17) e nas diferentes formas de organização curricular (core-curriculum, currículo nuclear), que marcariam a tendência tecnicista, posteriormente assumida nos ginásios

(16) Anísio TEIXEIRA, "Falando Francamente", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 72, 1958, pp.04 a 18.

(17) cf. Joel MARTINS e Hilda TABA, "Necessidades de analisar os Objetivos do Ensino" *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 72, 1958, pp.39 a 45.

experimentais, fornecendo a base da instrumentação nova de que careciam os educadores de então.

Em São Paulo, as escolas que se constituíram como experimentais foram: o Colégio de Aplicação da USP (criado em 1957 - anterior, pois, à regulamentação federal); os Ginásios Vocacionais (criados a partir de 1962, num total de 06, sendo 01 na capital e 05 no interior) e o Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental (G.E.P.E.) - criado a partir de 1966, num total de 04 unidades, todas na capital, cada uma atendendo a clientela com características diversificadas.

É importante ressaltar que estas três experiências se desenvolveram no ramo secundário do ensino médio (e não no profissionalizante ou técnico). Estas experiências perduraram enquanto tal até 1970, tendo sido desativadas, paulatinamente, a partir de 1968, quando do período de maior fechamento político da ditadura militar, instaurada a partir de 1964.

Não é objetivo deste estudo explicar a evolução histórica de cada uma destas experiências mas, sim, considerando-as assentadas num projeto educacional comum (que se desenvolveu com características mais ou menos diferenciadas na prática) explicitar a evolução prática e teórica da orientação educacional nelas.

Os pressupostos da Orientação Educacional nas Experiências Educacionais Paulistas

A orientação educacional que se desenvolveu nas experiências educacionais paulistas, tem sua matriz teórica assentada no modelo americano de orientação educacional. Com efeito, foi nos EUA que a orientação educacional evoluiu de uma abordagem restrita, centrada na orientação meramente profissional, para uma atuação mais geral, relacionada a todos os aspectos que pudessem atender aos fatores de crescimento, desenvolvimento e maturação dos alunos enquanto pessoas e enquanto estudantes. A influência francesa, destacando o peso da orientação para os aspectos escolares, nos chega através dos EUA.

A forma de consecução desta orientação se dá através de uma equipe de especialistas os quais atuam na escola e organizam o trabalho através de áreas de atuação: - orientação psicológica, orientação escolar, orientação familiar, orientação do lazer, orientação profissional.

Diferentemente do que ocorria no ensino industrial, onde o objetivo básico era a orientação profissional, a orientação

educacional objetiva o desenvolvimento geral e harmonioso da personalidade do educando.

Como um serviço dentro da escola, a Orientação Educacional, nas experiências paulistas, vincula-se diretamente aos objetivos gerais da escola.

4.2.1. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

No que se refere ao Colégio de Aplicação (C.A.), no dizer de Onofre Arruda Penteado Jr., "a obra educacional tem por finalidade o desenvolvimento da personalidade humana. É processo complexo de ajustamento biológico, intelectual, social e moral, do ser humano no meio em geral e visa tornar o indivíduo membro eficaz da sociedade democrática. Deve basear-se em princípios que garantam a melhor convivência dos indivíduos, dentro de uma democracia, desenvolvendo-lhes os hábitos de uso adequado da liberdade, na reflexão, da pesquisa, da responsabilidade, condições indispensáveis para maior eficiência da vida em uma coletividade, como a atual, em constante mudança". (18)

A escola, consoante com esta finalidade, deverá propiciar que o aluno viva a vida como ela é, na realidade, deixando de ser um lugar onde se vai para ouvir, para decorar, e depois repetir. Nela as matérias de ensino deverão estar ligadas à realidade. A organização escolar deverá ser uma comunidade onde haja a cooperação entre alunos, professores, diretores e funcionários, como forma de voltar-se à vida social democrática.

Percebe-se aqui nitidamente os pressupostos escolanovistas de desenvolvimento da personalidade individual, aprendizagem por métodos ativos, vinculação dos conhecimentos à vida, escola democrática como condição para o aluno instaurar a democracia quando dela sair.

Assentados nestes pressupostos, encontramos os objetivos e as principais atividades do orientador no C.A.:

- tornar o conhecimento da personalidade do educando uma das preocupações fundamentais do professor;
- coordenar os esforços dos professores, organizando na escola um verdadeiro trabalho de equipe de mestres;

(18) Onofre Arruda PENTEADO JR. "Princípios educacionais básicos sugeridos ao Conselho Deliberativo do C.A. como diretrizes para sua organização" in: *Revista de Pedagogia*, nº 7, p.05.

- modificar o caráter da orientação profissional, tornando-a mais refletida, mais prolongada, feita pelos professores;
- desenvolver esforços no sentido de aplicar métodos ativos no ensino. (19)

Como atividades na área de orientação escolar, era mantido acompanhamento do rendimento escolar individualmente e por classe e fazia-se orientação de estudos. Na área psicológica, o atendimento individual se fazia em função dos casos-problema, detectados por entrevistas e observações; fazia-se orientação de grupo, discutindo-se os temas sugeridos pelos alunos. Na orientação familiar, realizava-se palestras, entrevistas, reuniões e seminários com os pais. Na área de orientação vocacional, eram aplicados testes que, conjugados com outros dados, possibilitavam o aconselhamento profissional.

O serviço de orientação educacional do Colégio de Aplicação constitui-se numa experiência pioneira e significativa na área de orientação educacional. De um lado, constituía o campo de aplicação das teorias estudadas no curso de O.E. da F.F.C.L. da USP, ao mesmo tempo que validava e ampliava o próprio desenvolvimento dessas teorias. De outro, por receber estagiários e prestar assistência técnica e científica aos orientadores da rede estadual, foi consolidando cada vez mais a nova proposta de orientação - Nova, na medida em que ampliada, em termos de objetivos, em relação a que se fazia no ensino industrial.

4.2.2. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NOS GINÁSIOS VOCACIONAIS

O Serviço de Orientação Educacional dos ginásios vocacionais, iniciado um pouco após o do Colégio de Aplicação, pode ser considerado, enquanto desenvolvimento, concomitante aquele e não essencialmente diferente. O ginásio vocacional revestia-se de características pouco diferenciadas do C.A., na medida em que foi criado assentado naquela escola necessária que Anísio Teixeira apontava: com um currículo diferenciado (nem acadêmico, nem profissionalizante), com matérias que respondessem às necessidades reais dos alunos e do meio e que possibilitasse a estes a exploração de suas aptidões.

(19)cf. Maria José G. WEREBE. "A renovação pedagógica em França", In: Revista Pedagogia, nº 1, pp.57/88.

Assim, suas finalidades básicas eram: "Um compromisso com o desenvolvimento brasileiro, com uma filosofia marcada por espírito científico, crítico e de construção universal, de uma concepção de liberdade humana. Quanto mais livres formos, mais aptos ficaremos para sentir que nossa liberdade existe apenas através de uma interação com o mundo e que, concretamente, ela se exerce pela participação responsável na construção da comunidade". (20)

A importância da comunidade, como ponto de partida, é nítida nos vários planos de atuação nos ginásios vocacionais. A relação Escola - Comunidade - Estado - Nação - América Latina - Terceiro Mundo - Mundo traduz as mediações entre os pólos educação escolarizada e contexto social. E estas mediações é que forneciam a base para a estruturação dos currículos (currículo nuclear; core-currículo; currículo por atividades), que por sua vez estruturava as disciplinas de estudo, partindo-se do mais próximo (da vida, do real) para o mais distante e remoto (a história, enfim).

Entendida a educação como uma das formas de realização, como uma oportunidade do homem descobrir a si e ao mundo, como um processo de atualização de todas as potencialidades humanas, numa linha de conscientização de si e da realidade, o objetivo do processo educativo seria a situação, a ação e a realização humanas. O homem situado no contexto social, com o qual dialoga criticamente para participar nesse contexto e transformá-lo.

Dessa forma, a comunidade como grande centro estimulador das mudanças, que promovem a pessoa humana, passa a ser a preocupação básica do ginásio vocacional; inserir-se nela para modificá-la, identificar e apresentar soluções para os seus problemas é algo desafiante que ao mesmo tempo promove o jovem, como ser humano, na medida em que promove a comunidade na qual o jovem vive.

Decorrente dessa proposta, algumas práticas pedagógicas se consolidam:

- realização de pesquisa na comunidade através de levantamentos sócio-culturais;
- a experiência é a base do trabalho pedagógico;

(20) Maria Nilda MASCELLANI. "Apresentação", In: PIMENTEL e SIGRIST, *Orientação Educacional - fundamentos e prática do ensino vocacional*, p.15.

- escola é gerida pelo Conselho Pedagógico (do qual participam professores, administradores, supervisores, orientadores);
- organização de "core-curriculum", situando os grandes problemas e possibilitando a seqüência e unicidade dos conhecimentos;
- criação e funcionamento das Associações de Pais e Amigos dos Vocacionais, chegando a haver participação dos pais no planejamento curricular;
- importância central à área de Estudos Sociais como nucleadora das demais.

Nesse quadro se insere o S.O.E. nos ginásios vocacionais. Partindo do conceito amplo do sistema, se propõe a "levar o adolescente a opções conscientes, baseadas no conhecimento racional dos fatos e situações, bem como na avaliação objetiva de seu próprio potencial, num processo de conscientização versus manipulação social, caminhando gradativamente para a maturidade individual e social". (21)

Os objetivos principais do S.O.E. conforme Pimentel e Sigrist são:

- integrar e ajustar o adolescente nos grupos de que participa: equipe de estudos, de projeto, de recreação, de ação comunitária;
- objetivando o julgamento de sua atuação nesses grupos;
- levando-o a participar gradativamente das responsabilidades comuns, pela descoberta das necessidades dos grupos de que participa;
- treinar progressivamente o uso de liberdade na formação de padrões internos de conduta, expressos através de auto-disciplina;
- aplicar os conhecimentos básicos e os conceitos formados de maneira a aprender a escolher livremente (desde os próprios companheiros, até uma profissão).

É interessante observar nestes objetivos, a adaptação do conceito básico da orientação (desenvolvimento harmonioso e integral da personalidade, ajustada ao meio social, para que faça opções racionais e conscientes), à proposta do ginásio vocacional que tinha como preocupação básica o grupo, a comunidade.

(21) Maria da Glória B. PIMENTEL e Aurea C. SIGRIST, *Orientação Educacional, fundamentos e prática do ensino Vocacional*, p.17.

Foi pôr isso que no ginásio vocacional a orientação educacional encontrou condições propícias para formar-se e desenvolver-se como **Ação Integrada** com a orientação pedagógica e tendo um caráter eminentemente de coordenação da ação educativa planejada, executada e avaliada com orientadores, professores e demais técnicos que compõem a equipe da escola.

Neste aspecto o S.O.E. dos ginásios vocacionais se diferencia do S.O.E. do Colégio de Aplicação, marcadamente autônomo em relação, principalmente, à Supervisão Pedagógica e privilegiando a ação direta com os alunos.

Privilegiando a Ação Integrada, o S.O.E. no ginásio vocacional não elimina a Ação Direta com os alunos. Aliás, coloca esta como base e fundamento para o trabalho conjunto com os professores e pais. Pode-se afirmar que a experiência de Ação Integrada, desenvolvida nos ginásios vocacionais, constituiu-se no fundamento desta nova forma de atuação do orientador no Brasil. Publicada em livro (22) a experiência do S.O.E. dos ginásios vocacionais contribuiu decisivamente para a formação dos orientadores educacionais brasileiros na década de 70, pois passou a ser usado como manual nos cursos de formação de orientadores. A contribuição significativa desta experiência está também no trabalho que desenvolveu com grupos, amplamente baseado na aplicação da sociometria. Dada a concepção básica comunitária e de equipe do ginásio vocacional, o desenvolvimento da sociabilidade e a utilização da dinâmica de grupos, constituem-se em um núcleo fundamental de preocupação e experimentação do orientador. As tarefas básicas do S.O.E., conforme descreveu Pimentel e Sigrist, refletem com propriedade o caráter grupal da O.E. nos ginásios vocacionais.

4.2.3. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NOS GINÁSIOS PLURICURRICULARES EXPERIMENTAIS

As unidades experimentais, criadas a partir de 1966 com o nome de Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental (GEPE), apresentavam propostas, orientação teórica e procedimentos basicamente similares aos ginásios vocacionais. A intenção, como nos ginásios vocacionais, era a realização de experimen-

(22)Marla de Glória B. PIMENTEL e Áurea C. SIGRIST, Idem.

tos educacionais que pudessem vir a ser generalizados para a rede pública como um todo, na perspectiva de melhoria da qualidade do ensino e da ampliação de oportunidades educacionais. Neste último aspecto é possível identificar uma especificidade do GEPE, na medida em que foram criadas 04 unidades para populações com características diferenciadas: o GEPE I era uma escola semelhante a toda escola pública no que se refere aos alunos e à estrutura; o GEPE II, criado em 1967, destinava-se a atender adolescentes e adultos, entre 14 até 30 anos, com ausência ou atraso na escolaridade, visando, recuperar e acelerar a escolarização, por isso, previa a conclusão do então curso ginásial em 02 anos; (23) O GEPE III, criado em 1969, atendia adolescentes com ligeiro atraso de escolaridade e, preferencialmente, de baixo poder aquisitivo; o GEPE IV, atendia adolescentes com as mesmas características do GEPE I.

Não tão marcadamente comunitário como o vocacional, mas preocupado com a caracterização sócio-econômico e cultural dos alunos, pode-se afirmar que os ginásios do GEPE acentuaram as experiências curriculares, visando garantir a escolaridade e aprendizagem significativas para os alunos que atendia. Penso que até se poderia afirmar haver aí uma maior preocupação com os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, do que com o significado social destes - embora não se possa afirmar que esta preocupação não estivesse presente. É possível identificar-se práticas e procedimentos característicos da escola nova, particularmente no que se refere às aprendizagens significativas e relações inter-pessoais, já com influência da teoria centrada no aluno desenvolvida por Rogers, resvalando-se por vezes num anti-autoritarismo que acabava propiciando o "laissez-faire", combinadas com organização curricular, baseada na estruturação de matérias (Bruner).

Quanto à orientação educacional é possível identificar dois momentos característicos: o 1º, da fase inicial, bastante semelhante àquela que se fazia no Colégio de Aplicação. No entanto, o número reduzido destes especialistas, para uma clientela mais numerosa e heterogênea, se comparada à do C.A., foi colocando a necessidade de se rever a sistemática da orientação nos GEPES.

(23) Ver à propósito José Carlos LIBÂNEO, *Aceleração Escolar - Estudos sobre educação dos adolescentes e adultos*, 1978.

Assim, a autora deste estudo, em 1969, ensaiou um plano de orientação no GEPE III (onde exercia a função) que se desenvolveria através dos professores, (24) acentuando-se a importância destes em sala de aula e assessorando-os nesse trabalho.

O segundo momento marca a modificação do cargo de orientador educacional para o de O.P.E. (orientador pedagógico-educacional). Constatada a ineficácia do trabalho de um especialista (o orientador educacional) com o aluno e com o professor (o orientador pedagógico) - o que fragmentava o processo pedagógico-educacional, optou-se por unificar as tarefas de ambos em um único profissional, que passou a ser responsável por turmas (séries).

Esta experiência do trabalho pedagógico, centrado num único especialista (o pedagogo), precisaria ter sido registrada e melhor avaliada, pois poderá se constituir em uma contribuição significativa para a problemática da escola que hoje temos.

CONCLUSÃO - A O.E. NAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS PAULISTAS

Estas experiências de educação, no Estado de São Paulo, foram sendo desativadas por barreiras administrativas, legais e até político-policiais, a partir de 1970.

A orientação educacional, desenvolvida nos GEPE, constituiu-se no mais significativo avanço desta no Brasil, na medida em que, registradas em livros e artigos, passaram a ser objeto de estudos nos cursos de formação de orientadores, (especialmente a experiência dos ginásios vocacionais).

Do ponto de vista teórico, foram sendo ampliadas com novas contribuições advindas da psicologia, tais como Rogers, Carkhuff, da fenomenologia com Buber e a relação dialógica, Paulo Freire e Lauro de Oliveira Lima.

Acentuando o veio psico-pedagógico na orientação educacional de um lado, ampliando anarquicamente os cursos de formação de orientadores de outro, assentados numa prática elitista (a dos ginásios experimentais), onde havia situações concretas privilegiadas para o exercício da função, marcados por uma formação fundamentalmente

(24)cf. Selma G. PIMENTA. "Orientador Educacional e Supervisores Pedagógicos - uma atividade integrada". In: Estímulo, nº 5, pp.27 e 32.

psicológica (a dos ginásios experimentais), ficamos, nós os orientadores, perplexos diante da democratização quantitativa do ensino em nosso Estado, sem condições teórico-práticas de redirecionar o projeto de orientação, para que respondesse às exigências que a escola nos vinha colocando. Éramos portadores de um projeto idealista que ficou à reboque da história. Os poucos orientadores que permaneceram na rede (colocados com ou sem concurso), insistiram em executar as atividades que conhecíamos e sabíamos fazer.

Não conseguimos tornar a orientação útil à escola, porque perdemos de vista o que era a escola, qual sua importância e o seu significado para as camadas majoritárias que, até há pouco, dela tinham ficado fora.

4.3. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE SÃO PAULO - DÉCADA DE 70

Ao crepúsculo das experiências educacionais da década de 60 é importante salientar o esforço da ETSOE, da Secretaria de Educação, criada em 1970, que em diagnóstico apresentado e discutido em encontro com os orientadores em 1971, considerando: a) que a democratização do ensino médio paulista fez surgir uma realidade desafiadora, ora a exigir reformulação nos métodos de ensino, bem como, nas formas de atuação de todo o educador; b) que o fim último da orientação é propiciar condições de ajustamento e assistir o indivíduo para fazer opções conscientes; c) que nesse contexto da escola média oficial, embora preservando os objetivos típicos de sua área, o orientador está sentindo necessidade de rever sua metodologia de trabalho; d) na busca dessa nova metodologia é preciso partir das necessidades prioritárias da população escolar; e) que a média de orientador X aluno, sendo de 1 para 1500, impede o atendimento individual a todos os alunos. (25) Concluiu que era necessário, então, para fazer frente a esses desafios e propor soluções, rever a prática do orientador. Para isso sugeria:

- o orientador precisava se constituir em um dos elementos de integração dos agentes educativos (diretores, professores, pais e comunidade);
- o orientador precisava participar de todas as etapas

(25)cf. Equipe técnica de Supervisão de Orientação Educacional, "A orientação Educacional na rede Oficial de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo", in: *Revista do Departamento de Ensino Secundário e Normal*, nº 02, pp.08 e 25.

do trabalho escolar:

- levantamento de objetivos gerais da educação;
- levantamento de recursos humanos e materiais;
- levantamento de objetivos gerais e específicos da escola, sugerindo que fosse incluída a Orientação Vocacional como um dos objetivos gerais da escola e específico de cada área;
- estudos das áreas do currículo;
- estudo de critérios para organização de classes;
- estudo de conteúdos e técnicas adequadas para os objetivos propostos;
- estudo de critérios para avaliar o rendimento escolar, lembrando à equipe a necessidade do professor se instrumentar nas técnicas de observação e avaliação do aluno, quanto aos seus interesses e aptidões;
- fornecer subsídios ao corpo docente para que realize a tarefa de exploração vocacional;
- colaborar na instrumentação dos professores para que propiciem aos alunos meios de se auto-avaliarem;
- acompanhar o rendimento escolar das classes;
- orientar estudos de alunos deficitários;
- trabalhar diretamente com pais e alunos;
- realizar aconselhamento e encaminhamento.

É interessante observar que a Equipe Técnica, neste redirecionamento do trabalho do orientador educacional, já apontava para a necessidade de abandono de práticas tradicionais da orientação, como o atendimento individual, e valorizava o trabalho com os professores, dando indícios de uma maior preocupação com o rendimento dos alunos e dos professores, ao configurar proposta inovadora para a prática da orientação educacional. No entanto, mantém práticas que apontavam para áreas não prioritárias na escola de então: orientação vocacional, auto-avaliação, ênfase na observação dos interesses e aptidões - a ser trabalhada pelos professores - e informação profissional. Estas práticas não respondiam à necessidade de a escola incorporar efetivamente as crianças das camadas populares que começavam a ter acesso a ela.

As soluções propostas demonstram que não se tinha clareza da função da escola naquele momento histórico. Nos estudos e diagnósticos não se buscou um estudo mais amplo que permitisse aos orientadores perceberem o que estava ocorrendo com a escola, o porquê da democratização

quantitativa, quais as implicações que esse fato traria para a escola, quais as exigências técnico-pedagógicas que uma clientela numerosa e diversificada colocaria para a escola, que tipo de organização escolar se possuía, quais as características pessoais (de formação) e funcionais dos professores, em que medida as soluções propostas estavam assentadas nesses dados, nesta análise mais ampla ao mesmo tempo do fenômeno escola no contexto social mais amplo e das características internas da escola de então.

A equipe de orientação educacional da rede (especialmente os concursados) possuía formação da melhor qualidade enquanto especialistas, porém lhes faltava a compreensão do papel político da expansão quantitativa da escolarização naquele momento (início da década de 70).

No decorrer dos anos 70, os orientadores que permaneceram na rede estadual se esforçaram e conseguiram dar o melhor de si nas escolas nas quais trabalhavam, apesar das condições sempre adversas: resistência do diretor, resistência dos professores (estes, muitas vezes até se dispunham a colaborar com o orientador, mas as condições de trabalho eram desfavoráveis como: horário e quantidade de aulas; ausência de tempo e horário para trabalhar com os alunos; falta de condições para trabalhar com os pais; não ampliação de orientadores educacionais nas escolas).

Apesar de todo o esforço destes orientadores no interior de suas escolas, a orientação educacional não se expandiu na rede, nem por força da Lei 5692/71, impulsionando a criação e o preenchimento de cargos nos demais Estados.

Preferiu-se justificar esta não expansão com dados periféricos do tipo: "a orientação não é bem vista na escola porque ela incomoda, obrigando os professores a se compromissarem, a não dar aulas apenas expositivas e eles não querem" (aqui a culpa caiu sobre o professor) - ou então: "a orientação educacional viria trazer uma melhora de qualidade no ensino e isto não interessa às autoridades" (aqui a culpa caiu sobre o sistema). Ocorre que o problema central não foi atacado: os orientadores educacionais eram portadores de um projeto educacional que não cabia na escola, que não respondia às necessidades novas que vieram com a escolarização ampliada. Os orientadores educacionais ficaram sem proceder à análise conjuntural e estrutural da expansão da escolarização, por isso não conseguiram (não se propuseram) a rever o próprio projeto

que possuíam.

Ao invés, o que fizeram foi modernizar o projeto de orientador educacional, incorporando novas teorias que nos iam chegando do exterior. Exemplo disto, são os documentos produzidos pela ETSOE, em 1977, já então pertencendo à C.E.N.P./SE (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), intitulados "A Orientação Educacional no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo" e "A Orientação Educacional e Sondagem de Aptidões".

O primeiro deles informa que em 1976, das 3193 escolas, apenas 166 (isto é, 5%) possuíam orientador educacional.

No entanto, cumprindo as funções normativas do órgão, o documento apresenta um vasto referencial teórico ao incorporar agora as contribuições de D. Super e Pelletier, autores que especificam a teoria desenvolvimentista da escolha profissional, e de Carkhuff que introduz, entre nós, a questão da relação de ajuda, do orientador educacional como agente de mudanças e propiciador das relações interpessoais. Especifica as funções da orientação educacional em todos os tipos de escola: pré-escola (apesar de quase inexistência desta na rede pública estadual), no 1º grau, no 2º grau e no ensino supletivo: incorpora nessas funções um modelo sistêmico.

Reconhecendo a insuficiência de orientadores educacionais nas escolas, propõe a criação de Centros de Informação e Orientação Educacional (CIOC), que funcionariam, junto às Delegacias de Ensino, atendendo a um conjunto de escolas. As funções propostas para os CIOCs não denotam, no entanto, uma nova proposta de orientador educacional frente à realidade das escolas. O projeto se mantém o mesmo daquele existente (e modernizado) para as escolas.

Quanto ao 2º Doc. ("A Orientação Educacional e a Sondagem de Aptidões"), cumprindo o requisito legal, explicita as teorias, as mais modernas sobre a orientação vocacional (teorias desenvolvimentistas de Super e Pelletier), (26) sugerindo atividades e técnicas coerentes a essa proposta teórica.

(26) Donald SUPER e M.J. BOHN - *Psicologia Ocupacional*, 1972.

D. PELLETIER e outros - *Desenvolvimento Vocacional e Crescimento Pessoal*, 1977.

No entanto não apenas a orientação vocacional não ocorrerá (pelo simples fato de que não há orientadores em quantidade suficiente para executá-la nas escolas), como ainda parte de um pressuposto irreal que é o de que os alunos da escola pública paulista percorrem os estágios evolutivos de maturação vocacional, explicitados pelos autores acima, quando na verdade eles já ingressam na força de trabalho antes mesmo de concluírem a 8ª série. Portanto, não se pode afirmar que o aluno vai fazer uma escolha profissional.

De 1977 para cá, a ETSOE/SE, uma vez que não se implantaram os CIOCs, vem cumprindo a função de elaborar alguns projetos e estimular a sua implantação. O Projeto de P.I.P. (Programas de Informação Profissional) foi um deles. Quando em 1979 uma portaria do MEC estabeleceu que as escolas de 2º Grau deveriam contar com a disciplina P.I.P., as escolas da rede pública paulista cumpriram este dispositivo legal. Cerca de 1.800 professores foram contratados para assumirem essas aulas (02 semanais). Embora a ETSOE tenha normatizado que estes deveriam ser orientadores, isto nem sempre se cumpriu, uma vez que as aulas eram oferecidas, em primeiro lugar, aos professores da escola, que por uma razão ou outra, tiveram sua carga horária reduzida. De qualquer forma a ETSOE conseguiu fazer um treinamento para uma amostra destes professores, sugerindo atividades a serem desenvolvidas nas aulas de PIP. Esta disciplina foi extinta com a Lei 7044/82.

Outro projeto que merece destaque é o de educação sexual, elaborado pela ETSOE e que vinha sendo desenvolvido já há alguns anos, sob forma de treinamento, com os assistentes Técnicos de Orientação Educacional que atuavam nas Delegacias. Estes, por sua vez, desenvolviam-no (ou não) nas escolas afetas à Delegacia.

5. Conclusão

Na rede pública estadual de São Paulo, a orientação educacional como prática efetiva nas escolas é inexistente. O exame da evolução desta, na rede, sugere algumas explicações para essa inexistência.

- a) O Estado de São Paulo foi o primeiro e único a dar cumprimento às Leis Orgânicas. A política de implantação da orientação educacional, nesse Estado, iniciou-se numa época em que esta não possuía um estatuto próprio, não havia profissionais especializados, não havia cursos regulamentados para formá-los e não era percebida como prioridade na escola média. Por isso a orientação, que foi se implantando, obedeceu

a uma política de clientela e, pelos fatores acima, não se impôs profissionalmente.

Excessão a esse quadro é o do ensino industrial, onde a orientação educacional se desenvolveu basicamente como orientação profissional, baseada na psicometria, e contando com uma certa solidez prática, pois veio se desenvolvendo desde 1924 no Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo.

- b) Onde a orientação educacional teve melhores condições para desenvolver-se teórica e praticamente foi nas escolas experimentais, que apresentaram condições materiais e de pessoal propícias para a execução do modelo que se tinha.
- c) O modelo de orientação, adotado nas escolas experimentais, baseava-se em equipes de trabalho: tanto equipes de orientação educacional como equipes de direção, de coordenação das escolas. Essas escolas ensaiaram modelos de administração escolar não centralizados na figura do diretor.

No entanto as escolas públicas da rede, não só não possuíam as referidas equipes, como ainda, se desenvolveram baseadas em rígida estrutura hierárquica, reproduzindo a estrutura mesma da Secretaria da Educação, onde o diretor era a figura central, evidenciando a subordinação do pedagógico ao administrativo nas escolas.

- d) A ampliação de vagas nas escolas públicas, conquistada a partir da década de 60 e acentuada na de 70, mostrou não apenas que o modelo de orientação educacional das escolas experimentais era elitizante, mas, sobretudo, evidenciou a fragilidade da orientação educacional em oferecer respostas às novas prioridades surgidas nas escolas. Essas prioridades se faziam sentir, basicamente, na questão da melhoria qualitativa das escolas, então ampliadas quantitativamente. E para isso os orientadores educacionais não tiveram respostas. O seu projeto educativo de desenvolvimento da personalidade total do aluno, até então equacionado em áreas de atuação, não foi re-equacionado no sentido de privilegiar uma das áreas - a escolar, a pedagógica - que possibilitaria atuar-se no sentido da redução da evasão e da repetência que foram se acentuando cada vez mais.
- e) Este re-direcionamento exigia do orientador educacional uma formação não apenas na área de psicologia, mas fundamentalmente na compreensão do fenômeno pedagógico, situado numa escola que passava por transformações políticas e sociais.

- f) A orientação educacional, na rede pública de São Paulo, desde o seu início, exerceu profunda influência (por sua sistematização teórica) na formação dos orientadores educacionais, a partir de 1970, bem como na implantação dos S.O.E., que se seguiu nos demais Estados, particularmente a partir de 1975, em cumprimento às exigências da Lei 5692/71.
- g) São Paulo não possui, de fato, orientação educacional na escola pública estadual - que está a exigir profundas transformações qualitativas além da ampliação quantitativa. Está aí um desafio.

Qual a contribuição que o orientador educacional poderá dar?

Um novo projeto de orientação não pode estar desvinculado de um projeto mais amplo da escola, entendida esta como uma instituição social concreta, historicamente situada. É a partir de transformações no seu interior, compreendidas as suas relações internas como prática social, que se poderá cumprir o papel que dela se espera.

Abstract: The present article deals with the evolution of school counseling in public schools in the State of São Paulo, from the 40's, with the objective of understanding the reason for this profession which has practically disappeared in today's State public schools. To reach his purpose, the author examines professional vocational schools and the educational experiences developed during the 1950's.

Keywords: Educational counseling. Professional schools. Counseling and Curriculum. Experiences in education and counseling. Counseling's Theories. Counseling and teaching legislation.

Bibliografia

- 1-AMADO, Gildásio. Classes Experimentais no Ensino Secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: (72):65-72, 1968.
- 2-AZANHA, José Mario P. **Experimentação Educacional - Uma contribuição para sua Análise**. São Paulo: Edart, 1975.
- 3-BEISIEGEL, Celso de Rui. Relações entre a quantidade e a qualidade do ensino comum. In: **ANDE - revista da Associação Nacional de Educação**, (1):49-56, 1981.
- 4-LIBÂNEO, José Carlos. **Aceleração Escolar - Estudos sobre educação de adolescentes e adultos**. GO, 1976, 195pp.
- 5-_____. **Democratização da Escola Pública - a pedagogia crítico-social dos Conteúdos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1984, 149 pp.
- 6-MARTINS, Joel e TABA, Hilda. Necessidade de Analisar os objetivos do Ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro (72):39-45, p.39 a 45, 1958.
- 7-MASCELLANI, Maria Nilde. Apresentação. In: PIMENTEL e SGRIST, **Orientação Educacional**. São Paulo: Ed. Pioneira.
- 8-NADAI, Elza. Ideologia do Progresso e Ensino Superior. São Paulo: Ed. Loyola, 1987, 275 pp.
- 9-PELLETIER, D., e outros. **Desenvolvimento Vocacional e Crescimento Pessoal**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977, 241 pp.
- 10-PENTEADO JR., Onofre Arruda. Princípios Educacionais Básicos sugeridos ao Conselho Deliberativo do Colégio de Aplicação como Diretrizes para Organização. **Revista de Pedagogia, USP**, ano IV, 7(4):5-63, 1958.
- 11-PIMENTA, Selma Garrido. Orientador Educacional e Supervisor Pedagógico - Uma atividade Integrada. In: **Estímulo**. São Paulo: SERASP - Boletim nº 5, 1968, pp.27 a 32.
- 12-_____. **Orientação Vocacional e Decisão - estudo crítico da situação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979, 133 pp.

- 13- _____, O Orientador Educacional como trabalhador intelectual. **Cadernos CEDES**. São Paulo: Ed. Cortez, (6): 60-64, 1982.
- 14- _____, **Uma Proposta de Atuação do Orientador Educacional na Escola Pública. Tese de doutoramento**. PUCSP, 1985, 264 pp.
- 15- _____, Orientador educacional ou Pedagogo da importância do fazer pedagógico para a democratização do ensino. **ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação**, (9):29-37, 1985.
- 16- _____, A organização do trabalho na Escola. **IVª Conferência Brasileira de Educação**. Goiânia, set/1986.
- 17- _____, **O pedagogo na escola pública**. São Paulo, Ed. Loyola, 1988.
- 18- PIMENTEL, Maria da Glória e SIGRIST, Áurea. **Orientação Educacional**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1971, 188 pp.(col. Fundamentos e Prática do ensino vocacional).
- 19- SANTOS, Oswaldo de Barros. **Psicologia Aplicada à Orientação e Seleção Profissional**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1962.
- 20- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEPARTAMENTO DE ENSINO PROFISSIONAL. **Manual de Trabalho dos Orientadores Educacionais do Ensino Industrial**. São Paulo, 1964, 50 pp.
- 21- _____, EQUIPE TÉCNICA DE SUPERVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL. A orientação educacional na Rede Oficial de ensino secundário e Normal. **Revista do Departamento do ensino Secundário e Normal**, (2):8-25, 1971.
- 22- _____, A orientação Educacional na Legislação. **Revista do Departamento do ensino Secundário e Normal** (3):74-78, 1974.
- 23- _____, COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS. **A orientação Educacional no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1977, 30 pp.
- 24- _____, **A Orientação Educacional e a Sondagem de Aptidões**. São Paulo: 1978, 65 pp.
- 25- SUPER, D. e BOHN, M.J. **Psicologia Ocupacional**. São Paulo: Ed. Atlas, 1972, 229 pp.

- 26- TEIXEIRA, Anísio. Falando Francamente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro (72):3-16. 1968.
- 27- TEIXEIRA, Rita Amélia. **Para uma análise crítica da Orientação Educacional no Brasil**. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.
- 28- WARDE, Miriam e RIBEIRO, Maria L. Santos. O contexto histórico da Renovação Educacional no Brasil. In: GARCIA, Walter E. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil - Problemas e Perspectivas**. São Paulo, Ed. Cortez e Aut/Associados, 1980, pp. 195 a 204.
- 29- WEREBE, Maria José Garcia. Análise dos Resultados do Concurso de ingresso para orientadores educacionais do ensino médio do Estado de São Paulo. **Revista Educação Hoje**. São Paulo: Ed. Brasiliense, (9):1-20, 1970.
- 30- _____. A renovação pedagógica em França. In **Revista de Pedagogia**, nº 1, 1956.

(Recebido para publicação em 22/04/89
e liberada em 06/80)